DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 2140/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/4162/2016
PROTOCOLO	: 1667945
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 2/2015 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORÃ – QUITAÇÃO DE MULTA – ADESÃO AO REFIS - ARQUIVAMENTO.

Vistos, etc.

Trata-se de processo relativo à **prestação de contas do Convênio nº 2/2015,** celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Japorã** e a Sociedade Beneficente Hospital Bezerra de Menezes - Hospital Maternidade Dr. Bezerra de Menezes, sob a responsabilidade do **Sr. Vanderlei Bispo de Oliveira**.

Este Tribunal, por meio da **Deliberação** "**AC01 - 122/2019",** declarou pela **irregularidade** da Prestação de Contas do Convênio nº 2/2015, e pela **aplicação de multa** no valor equivalente a 60 (sessenta) UFERMS sob a responsabilidade do gestor supracitado.

O responsável foi devidamente intimado sobre o teor da **Deliberação** "**AC01 - 122/2019"**, proferido nos autos do processo em epígrafe, estando assim, o jurisdicionado ciente do prazo de **sessenta dias** para o recolhimento do valor da multa aplicada junto ao Fundo de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas-FUNTC, ou, querendo, no mesmo prazo, interpor o recurso cabível, conforme os termos da Intimação "**INT - CARTORIO - 11306/2019"**, fl.123.

Depois de transitado em julgado o processo, o jurisdicionado efetuou o

pagamento da multa regimental imposta, conforme constatado na **CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE MULTA** acostada às fls. 127-128.

É o relatório.

Analisando-se os autos, verifica-se, que a decisão imposta na **Deliberação** "**AC01 - 122/2019"**, foi cumprida, visto que o jurisdicionado aderiu ao REFIS, quitando a multa regimental imposta, conforme demonstrado nos termos da **CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE MULTA** acostada às fls. 127-128.

Ademais, conforme a Instrução Normativa PRE/TCMS n.º 13, de 27 de janeiro de 2020, o processo deve ser extinto, em decorrência do cumprimento de sanção de multa paga, sendo, que sua deliberação deve ser feita por meio de Decisão Singular, consonante o Art. 6º, § 2º, *in verbis*:

> "Art. 6° A tramitação e decisão dos processos com pedidos de redução de multa deverão ocorrer no prazo de até sessenta dias úteis, contados da data da sua autuação.
>
> (...)
>
> § 2º A extinção do processo, em decorrência do cumprimento de sanção de multa paga com redução, conforme previsto nesta Instrução Normativa, será deliberada em decisão singular."

Desta forma, entende-se, que o processo deve ser arquivado, conforme o disposto no art. 11 da Resolução TC/MS n.º 98/2018, demonstrado abaixo:

> "Art. 11. Compete ao Conselheiro Relator, no âmbito de sua atuação no Juízo Singular:
>
> (...)
>
> V - decidir:

a) pela extinção do processo, em decorrência da perda do seu objeto, determinando seu arquivamento". (grifo nosso)

Diante disso, **DECIDO:**

I - **PELO ARQUIVAMENTO** destes autos referentes à **prestação de contas do Convênio nº 2/2015,** celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Japorã** e a Sociedade Beneficente Hospital Bezerra de Menezes - Hospital Maternidade Dr. Bezerra de Menezes, sob a responsabilidade do **Sr. Vanderlei Bispo de Oliveira**, inscrito no **CPF sob o n. 356.506.721-72**, devido à quitação de multa regimental, com fulcro no artigo 11, V, "a", da Resolução TC/MS 98/2018;

II - **PELA INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 07 de abril de 2021.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA